



Brista Potiguar
Complexo Eólico

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 12.802.835/0001-44

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Fazenda Progresso, RN 120, Zona Rural,

Parazinho - RN

CEP 59586-000

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2023

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
Balancos Patrimoniais	5
Demonstrações de Resultados	6
Demonstrações de Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
1 Contexto Operacional	9
2 Base de Preparação	9
3 Principais Políticas Contábeis	11
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	15
5 Clientes	16
6 Títulos e Valores Mobiliários	16
7 Imobilizado	16
8 Partes Relacionadas	17
9 Fornecedores	18
10 Debêntures	18
11 Outras contas a pagar	19
12 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	20
13 Patrimônio Líquido	20
14 Receita Operacional Líquida	21
15 Custos e Despesas Operacionais	22
16 Resultado Financeiro	22
17 Imposto de Renda e Contribuição Social	23
18 Instrumentos Financeiros	23
19 Seguros	27
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	28

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A. (Nova Asa Branca III ou Companhia), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A Nova Asa Branca III é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT), e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Atua na implantação, operação e exploração comercial como Produtor Independente de geração de energia elétrica por fonte eólica.

Está localizada no Município de Parazinho, no Estado do Rio Grande do Norte e sagrou-se vencedora no 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 26.08.2010. Possui 12,5 MW médios comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com vencimento em 31.12.2032.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) ⁽¹⁾	Preço MWh ⁽¹⁾	Início de operação comercial	Vencimento de outorga
Asa Branca III	27,0	12,3	66,0	294,80	04.09.2015	31.05.2046

⁽¹⁾ Valores referentes ao total bruto gerado em 2023.

⁽²⁾ Preço atualizado até dezembro/2023.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2023	2022	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	115.003	158.207	(27,3)
Caixa e equivalentes de caixa	22.588	61.394	(63,2)
Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	4.933	4.445	11,0
Dívida total	43.873	47.331	(7,3)
Dívida líquida ajustada	16.352	(18.508)	(188,4)
Receita operacional bruta	20.900	25.854	(19,2)
Deduções da receita	(3.402)	(3.583)	(5,1)
Receita operacional líquida	17.498	22.271	(21,4)
Custos e despesas operacionais	(14.102)	(21.486)	(34,4)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	3.396	785	332,6
Ebitda ou Lajida (*)	9.192	6.951	32,2
Resultado financeiro	698	1.695	(58,8)
IRPJ/CSLL	(3.015)	(3.713)	(18,8)
Lucro operacional	4.094	2.480	65,1
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	1.079	(1.233)	(187,5)
Patrimônio líquido	32.978	86.424	(61,8)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	0,8	3,0	(73,3)
Liquidez geral (índice)	0,4	1,0	(60,0)
Margem Ebitda/Lajida (Ebitda ou Lajida/receita operacional líquida) (%)	52,5	31,2	68,3
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	133,0	54,8	142,7
Margem operacional (resultado operacional/receita operacional líquida) (%)	23,4	11,1	110,8
Margem líquida (lucro líquido (prejuízo)/receita operacional líquida) (%)	6,2	(5,5)	(212,7)
Participação de capital de terceiros (%)	71,3	45,4	57,0
Rentabilidade do patrimônio líquido (lucro líquido (prejuízo)/patrimônio líquido inicial) (%)	1,2	(1,4)	(185,7)

(*) "Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization" ou "Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização".

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 22 de abril de 2024

Marcio Raphael Ploszaj
 Diretor Técnico

Adriano Fedalto
 Diretor Administrativo-Financeiro

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.588	61.394
Clientes	5	4.318	2.596
Outros créditos		280	560
Imposto de renda e contribuição social		391	1.378
Outros tributos a recuperar		14	16
Despesas antecipadas		419	219
		28.010	66.163
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	5.133	4.625
Outros tributos a recuperar		9	5
		5.142	4.630
Imobilizado			
Intangível			
	7	81.834	87.414
		17	-
		86.993	92.044
TOTAL DO ATIVO		115.003	158.207
PASSIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas			
Partes relacionadas	8	136	142
Fornecedores	9	624	920
Imposto de renda e contribuição social		271	231
Outras obrigações fiscais		656	423
Debêntures	10	5.243	5.104
Dividendos a pagar	13.3	256	-
Outras contas a pagar	11	27.195	15.191
		34.381	22.011
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		690	512
Debêntures	10	38.630	42.227
Outras contas a pagar	11	8.324	7.033
		47.644	49.772
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13.1	31.974	66.474
Reserva legal	13.2	235	1.414
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	18.536
Dividendo adicional proposto	13.3	769	-
		32.978	86.424
TOTAL DO PASSIVO		115.003	158.207

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	17.498	22.271
Custos Operacionais	15	(13.414)	(13.445)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		4.084	8.826
Despesas Operacionais			
Despesas com vendas	15	(5)	(9)
Despesas gerais e administrativas	15	(570)	(374)
Outras despesas operacionais	15	(113)	(7.658)
		(688)	(8.041)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		3.396	785
Resultado Financeiro	16		
Receitas financeiras		6.000	7.946
Despesas financeiras		(5.302)	(6.251)
		698	1.695
LUCRO OPERACIONAL		4.094	2.480
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17		
Imposto de renda e contribuição social		(2.837)	(3.429)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(178)	(284)
		(3.015)	(3.713)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		1.079	(1.233)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - Em R\$			
Ações ordinárias	13.4	0,02246	(0,01855)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		1.079	(1.233)
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		1.079	(1.233)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º.01.2022		66.474	1.414	19.769	-	-	87.657
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	(1.233)	(1.233)
Destinação proposta à A.G.O.: Absorção do prejuízo	13.2	-	-	(1.233)	-	1.233	-
Saldo em 31.12.2022		66.474	1.414	18.536	-	-	86.424
Redução de Capital	13.1	(34.500)	-	-	-	-	(34.500)
Dividendos	13.4	-	-	(19.769)	-	-	(19.769)
Regularização de reservas cfe AGE 04/23		-	(1.233)	1.233	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.079	1.079
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	13.2	-	54	-	-	(54)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	-	(256)	(256)
Dividendo adicional proposto	13.3	-	-	-	769	(769)	-
Saldo em 31.12.2023		31.974	235	-	769	-	32.978

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		1.079	(1.233)
Ajustes para a reconciliação do Lucro líquido (Prejuízo) do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias líquidas		5.739	44
Imposto de renda e contribuição social	17	2.837	3.429
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	178	284
Depreciação	7	5.796	6.166
Resultado das baixas de imobilizado	7	11	4.485
Perdas de créditos esperadas		5	9
		15.645	13.184
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(1.727)	(37)
Outros créditos		280	1.109
Imposto de renda e contribuição social		987	(936)
Outros tributos a recuperar		(2)	(6)
Despesas antecipadas		(200)	(10)
		(662)	120
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		(6)	(37)
Fornecedores		(296)	(966)
Outras obrigações fiscais		233	176
Outras contas a pagar		13.295	6.342
		13.226	5.515
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		28.209	18.819
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.797)	(3.846)
Encargos de debêntures pagos	10.2	(4.155)	(4.441)
Encargos de empréstimos concedidos/obtidos de partes relacionadas		-	8.048
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		21.257	18.580
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(508)	(445)
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	39.500
Aquisições de imobilizado	7	(227)	(994)
Aquisições de intangível		(17)	-
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(752)	38.061
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal de debêntures	10.2	(5.042)	(4.871)
Redução de Capital Social	13.1	(34.500)	-
Dividendos pagos		(19.769)	(1.058)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(59.311)	(5.929)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(38.806)	50.712
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	61.394	10.682
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	22.588	61.394
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(38.806)	50.712

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A. (Nova Asa Branca III ou Companhia) com sede na Fazenda Progresso, RN 120, Zona Rural, Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A (Copel GeT), e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Tem como objeto social a exploração da central geradora eólica EOL Nova Asa Branca III, por meio da Portaria MME nº 334/2011.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 22.04.2024.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.**2.3.1 Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis com efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos Financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício:

- NEs nºs 3.2 e 7 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.3 e 7 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nºs 3.4 e 12 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nºs 3.5 e 14 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados; e
- NE nº 3.6 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE: previsão de valores que serão faturados pela CCEE.

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional, apesar do capital circulante líquido negativo em 31.12.2023, que decorre principalmente de saldos de Outras Contas a Pagar (Provisão de não performance), conforme NE nº 18.2.4. A Companhia conta com o suporte financeiro da Copel GeT, portanto, sem prejuízos à capacidade financeira de curto prazo da Companhia.

3. Políticas Contábeis Materiais

A seguir são apresentadas as informações materiais das políticas contábeis da Companhia.

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos bem como não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.1.5 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal, formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.5 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela não *performance* com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados trimestralmente com base no "Lucro Presumido". O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2023

A partir de 1º.01.2023 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de principais políticas contábeis para informações materiais da política contábil (a partir de 1º.01.2023);
- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 - a Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação e atualizações decorrentes das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois (a partir de 1º.01.2023).

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

- (i) CPC 26 / IAS 1: requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants (a partir de 1º.01.2024);
- (ii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “sale and leaseback” (a partir de 1º.01.2024);
- (iii) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores (a partir de 1º.01.2024);
- (iv) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (a partir de 1º.01.2025);
- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e bancos conta movimento	1.481	1.714
Aplicações financeiras de liquidez imediata	21.107	59.680
	22.588	61.394

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e são remuneradas entre 96,0% e 101,0% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	31.12.2023	31.12.2022
Contratos regulados	2.882	1.314	4.196	2.556
CCEE	129	-	129	42
(-) Perdas de créditos esperadas	(7)	-	(7)	(2)
	3.004	1.314	4.318	2.596
	Circulante		4.318	2.596
	Não circulante		-	-

6. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	31.12.2023	31.12.2022
Cotas de fundos de investimentos	de 98% a 100% do CDI (a)	4.933	4.445
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	98,3% do CDI (a)	200	180
		5.133	4.625
	Circulante	-	-
	Não circulante	5.133	4.625

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os recursos referentes a Cotas de fundos de investimentos são vinculados aos contratos de debêntures (NE n° 10) e os recursos referentes ao CDB são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de transmissão e tem prazo de 25 meses a partir do final do período do relatório.

7. Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

7.1 Imobilizado por classe de ativos

	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2023	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2022
Em serviço						
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	889	(272)	617	889	(244)	645
Máquinas e Equipamentos	125.382	(45.543)	79.839	125.382	(39.778)	85.604
Móveis e Utensílios	28	(11)	17	45	(17)	28
	126.299	(45.826)	80.473	126.316	(40.039)	86.277
Em curso						
Custo	1.361	-	1.361	1.137	-	1.137
	1.361	-	1.361	1.137	-	1.137
Total	127.660	(45.826)	81.834	127.453	(40.039)	87.414

7.2 Mutações do imobilizado

	Saldo em 1º.01.2022	Adições	Deprecia- ção	Baixas (a)	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2022	Adições	Deprecia- ção	Baixas	Capita- lizações	Saldo em 31.12.2023
Em serviço											
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	673	-	(28)	(4.485)	-	(3.840)	-	(28)	-	-	(3.868)
Máquinas e Equipamentos	96.153	-	(6.135)	-	73	90.091	-	(5.765)	-	4	84.330
Móveis e Utensílios	30	-	(3)	-	-	27	-	(3)	(11)	-	13
	96.856	-	(6.166)	(4.485)	73	86.278	-	(5.796)	(11)	4	80.475
Em curso											
Custo	215	994	-	-	(73)	1.136	227	-	-	(4)	1.359
	215	994	-	-	(73)	1.136	227	-	-	(4)	1.359
Total	97.071	994	(6.166)	(4.485)	-	87.414	227	(5.796)	(11)	-	81.834

(a) Refere-se à sinistro ocorrido em novembro de 2022. Está em curso o diagnóstico da causa raiz pelo fornecedor, sendo que o seguro foi acionado e se encontra em processo de regulação.

A taxa média de depreciação é de 4,59% a.a. (4,59% em 2022).

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2023 e 2022.

8. Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Controladores								
Copel GeT								
Dividendos	-	-	256	-	-	-	-	-
Mútuo (b)	-	-	-	-	-	5.438	-	-
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	102	105	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	24	-	-	(24)	(24)
Operação e Manutenção	-	-	29	28	-	-	(339)	(309)
Entidade sob controle em comum								
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.								
Energia elétrica para revenda	-	-	-	-	-	-	(718)	(319)
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.								
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	6	8	-	-	-	-
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Marumbi Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)								
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	28	30	-	-	-	-
Pessoal chave da administração (c)								
Honorários	-	-	-	-	-	-	(36)	(40)
Encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(8)	(8)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)

a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

- b) Em 19.04.2021, foi assinado contrato de mútuo entre a Companhia (mutuante) e a Copel GeT (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 100% do CDI acrescidos de 2% a.a., a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. A quitação do referido mútuo se deu em 28.11.2022.
- c) A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores, bem como não possui obrigações adicionais além dos benefícios de curto prazo divulgados no quadro acima.

9. Fornecedores

	31.12.2023	31.12.2022
Materiais e serviços	467	755
Encargos de uso da rede elétrica	157	165
	624	920
Circulante	624	920
Não circulante	-	-

10. Debêntures

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2023	31.12.2022	
			inicial	final						
(1)	2ª	24.03.2016	192	15.08.2016	15.07.2032	TJLP + 2,02% a.a.	-	24.346	13.650	15.090
(2)	2ª	24.03.2016	192	15.08.2016	15.07.2032	IPCA + 9,87% a.a.	IPCA+10,92% a.a.	39.381	30.359	32.393
								44.009	47.483	
Dívida bruta								44.009	47.483	
(-) Custo de transação								(136)	(152)	
Dívida líquida								43.873	47.331	
Circulante								5.243	5.104	
Não circulante								38.630	42.227	

Características

(1) Debêntures simples, 1ª série, não conversíveis em ações, emissão privada.

(2) Debêntures simples, 2ª série, não conversíveis em ações, emissão privada.

Encargos financeiros: juros mensais.

Destinação: implantação de centrais eólicas e sistemas de transmissão associados.

Garantias: real e fidejussória e penhor de ações da Copel Geração e Transmissão S.A.

Interveniente garantidora: Copel.

Agente fiduciário: não há.

10.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2023	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2025	5.110	(16)	5.094
2026	5.110	(16)	5.094
2027	5.110	(16)	5.094
2028	5.110	(16)	5.094
2029	5.110	(16)	5.094
Após 2029	13.201	(41)	13.160
			38.630

10.2 Mutações de debêntures

Saldo em 1º.01.2022	50.193
Encargos	4.439
Variações monetárias	2.011
Amortização - principal	(4.871)
Pagamento - encargos	(4.441)
Saldo em 31.12.2022	47.331
Encargos	4.135
Variações monetárias	1.604
Amortização - principal	(5.042)
Pagamento - encargos	(4.155)
Saldo em 31.12.2023	43.873

10.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

O contrato contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar o controlador direto ou indireto sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar na necessidade de solicitação de anuência aos debenturistas ou na declaração de vencimento antecipado das dívidas. O indicador financeiro é o Índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD que deve ser mantido igual ou maior que 1,3.

Em 31.12.2023, o indicador acordado, medido anualmente, não foi integralmente atendido. Contudo, a Companhia preventivamente solicitou e recebeu, em 29.12.2023, conforme carta do BNDES AE/DEENE2 nº 42/2023, o compromisso da instituição bancária de fomento de não declarar o vencimento antecipado das escrituras de debêntures, com base no desempenho desse índice no exercício de 2023. A Companhia tem expectativa de que o referido indicador seja cumprido em 2024.

11. Outras contas a pagar

	31.12.2023	31.12.2022
Provisão de não performance de geração de energia (NE nº 18.2.4)	31.190	17.452
Negociação de danos emergentes com fornecedores (a)	3.853	4.318
Outras contas a pagar	476	454
	35.519	22.224
	Circulante	15.191
	Não circulante	7.033
	27.195	
	8.324	

(a) Recebimento de Danos Emergentes, referentes à maiores custos de captação, devido ao não cumprimento do índice de nacionalização dos equipamentos por parte do fornecedor. O valor recebido é apropriado ao resultado, mensalmente, à medida da apropriação dos encargos das debêntures.

12. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia responde por processos judiciais de natureza fiscal e cível. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. Em 31.12.2023, não há ações cujas perdas são consideradas prováveis, portanto, a Companhia não constituiu provisões para litígios.

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2023 a Companhia possui R\$ 6.297 (R\$ 5.762 em 31.12.2022) referente a ações na área tributária decorrentes, principalmente, de processos referente à discussão sobre ISS – Imposto sobre serviços além de R\$ 91 (sem valor em 31.12.2022) referente à ação na área cível, que discute indenização por danos materiais.

13. Patrimônio Líquido

13.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2023 monta R\$ 31.974 (R\$ 66.474, em 31.12.2022), composto por 31.974.111 (66.474.111 em 31.12.2022) ações ordinárias pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A. Em 20.03.2023, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou, em consonância com o Estatuto Social, pela redução do capital social, em R\$ 34.500, por considerar superior ao necessário para o desenvolvimento do objeto social da Companhia. A redução proposta contou com a anuência prévia dos debenturistas, conforme estabelece o contrato. Após concedido o prazo para oposição dos credores, conforme prescreve o Art. 174 da Lei 6.404/76, o capital social foi efetivamente reduzido na data de 19.06.2023, mediante restituição à Controladora.

13.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal e os dividendos.

13.3 Dividendos

	31.12.2023	31.12.2022
Base de cálculo para os dividendos		
Prejuízo líquido do exercício	1.079	(1.233)
Reserva legal (5%)	(54)	-
	1.025	(1.233)
Dividendos propostos		
Dividendo mínimo obrigatório	256	-
Dividendo adicional proposto (*)	769	-
	1.025	-
Dividendos por ação	0,02134	-

(*) De acordo com o § 6º do art. 202 da lei 6.404/76, os lucros não destinados nos termos dos arts. 193 a 197 (Reserva Legal, Reservas Estatutária, para contingências, de retenção de lucros ou de lucros a realizar), deverão ser distribuídos como dividendos.

13.4 Distribuição de Dividendos com Reserva de Retenção de Lucros

Em 20.03.2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou, em consonância com o Estatuto Social, a distribuição de proventos sob a forma de dividendos no montante de R\$ 19.768, utilizando, para esta finalidade, a totalidade do saldo da Reserva de Retenção de Lucros.

13.5 Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2023	31.12.2022
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido (Prejuízo) básico e diluído alocado por classes de ações		
Ações ordinárias	1.079	(1.233)
Denominador básico e diluído (em milhares)		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	48.042.604	66.474.111
Lucro líquido (Prejuízo) do período básico e diluído por ação		
Ações ordinárias	0,02246	(0,01855)

14. Receita Operacional Líquida

	31.12.2023	31.12.2022
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	33.853	31.580
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	737	326
Outras receitas operacionais	49	1.327
Provisão para não performance de geração	(13.739)	(7.379)
Receita Operacional Bruta	20.900	25.854
(-) ICMS	(2.219)	(2.460)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(1.183)	(1.123)
Receita Operacional Líquida	17.498	22.271

15. Custos e Despesas Operacionais

Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2023	31.12.2022
Energia elétrica comprada para revenda	(763)	-	-	(763)	(328)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.812)	-	-	(1.812)	(1.678)
Pessoal e administradores	-	-	(477)	(477)	(442)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(56)	(56)	(47)
Material	(204)	-	-	(204)	(100)
Serviços de terceiros	(3.817)	-	-	(3.817)	(4.013)
Depreciação e amortização	(5.796)	-	-	(5.796)	(6.166)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	(5)	-	(5)	(9)
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	-	(102)	(92)
Arrendamentos e aluguéis	(444)	-	(8)	(452)	(509)
Outros custos e despesas operacionais	(578)	-	(29)	(618)	(8.102)
	(13.414)	(5)	(570)	(14.102)	(21.486)

15.1 Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2023
Arrendamento de terrenos	427	1.857	6.260	8.544

No saldo dos custos de arrendamentos e aluguéis estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

16. Resultado Financeiro

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras		
Juros sobre mútuo (NE nº 8)	-	5.438
Renda de aplicações financeiras	5.605	2.433
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	11	-
Multas	274	-
Juros sobre liquidações na CCEE	27	36
Outras receitas financeiras	83	39
	6.000	7.946
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	5.738	6.451
(-) Recuperação de despesas financeiras (a)	(443)	(419)
Outras despesas financeiras	7	219
	5.302	6.251
Líquido	698	1.695

(a) Apropriação ao resultado do valor recebido a título de Danos Emergentes, mensalmente, à medida da apropriação dos encargos das debêntures, conforme NE nº 11.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2023		31.12.2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado	31.633	31.633	29.120	29.120
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	737	737	326	326
Outras Receitas Operacionais	49	49	1.327	1.327
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.594	3.890	2.462	3.693
Receita Financeira	6.000	6.000	7.946	7.946
(-) Receita Financeira Provisionada	(523)	(523)	(834)	(834)
Outras Receitas	-	-	257	257
Base de cálculo Receita Financeira	5.477	5.477	7.369	7.369
(-) IOF	-	-	-	(7)
(=) Base de cálculo	8.071	9.367	9.831	11.055
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
Imposto de renda e contribuição social	1.994	843	2.434	995
Receita Financeira Provisionada	523	523	834	834
Imposto de renda e contribuição social diferidos	130	48	208	76

18. Instrumentos Financeiros

18.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2023		31.12.2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	22.588	22.588	61.394	61.394
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	5.133	5.133	4.625	4.625
			27.721	27.721	66.019	66.019
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		4.318	4.318	2.596	2.596
			4.318	4.318	2.596	2.596
Total dos ativos financeiros			32.039	32.039	68.615	68.615
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	9		624	624	920	920
Debêntures (c)	10		44.009	44.009	47.483	47.483
			44.633	44.633	48.403	48.403
Total dos passivos financeiros			44.633	44.633	48.403	48.403

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2023, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

18.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

18.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa (a)	22.588	61.394
Títulos e valores mobiliários (a)	5.133	4.625
Clientes (b)	4.318	2.596
	32.039	68.615

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme rating local das principais agências classificadoras.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantêm Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos.

18.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2028, repetem-se os indicadores de 2027 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo total
31.12.2023							
Debêntures	NE nº 10	823	1.518	6.760	33.360	25.362	67.823
Fornecedores	-	624	-	-	-	-	624
		1.447	1.518	6.760	33.360	25.362	68.447

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado na NE nº 10.3, a Companhia tem Debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

18.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic – 9,00%, IPCA – 3,86% e TJLP – 6,43%), previstos na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2024		
		31.12.2023	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	5.133	462	346	231
		5.133	462	346	231
Passivos financeiros					
Debêntures	Alta TJLP	(13.650)	(878)	(1.097)	(1.317)
Debêntures	Alta IPCA	(30.359)	(1.172)	(1.465)	(1.758)
		(44.009)	(2.050)	(2.562)	(3.075)

18.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica, comercializados por meio de leilões regulados, possuem cláusulas de performance de geração, as quais estabelecem um montante mínimo de entrega de energia, com periodicidade anual e/ou quadrienal. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento, o que pode implicar em produção de energia inferior ao montante mínimo de energia contratada. Tal descumprimento contratual pode comprometer receitas futuras da Companhia.

O saldo registrado no passivo referente a não performance está demonstrado na NE nº 11. O aumento do passivo em 2023 se deve ao fato de que os montantes a pagar estavam suspensos até 31.12.2023 em virtude das discussões no setor a respeito da restrição da geração dos parques eólicos (*constrained-off*). Além disso, após perturbação ocorrida no Sistema Interligado Nacional - SIN em 15.08.2023, o ONS, de forma preventiva, elevou a frequência de eventos de *constrained-off*, o que aumentou a restrição de geração de empreendimentos eólicos situados na região Nordeste.

18.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Debêntures	43.873	47.331
(-) Caixa e equivalentes de caixa	22.588	61.394
(-) Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	4.933	4.445
Dívida líquida ajustada	16.352	(18.508)
Patrimônio líquido	32.978	86.424
Endividamento do patrimônio líquido ajustado	0,50	(0,21)

19. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2025	121.033
Riscos Operacionais	25.08.2024	179.633
Responsabilidade Civil Geral	28.03.2025	30.000
Garantia Judicial	10.05.2024	4.503
Garantia de Pagamento - CHESF	19.11.2024	202

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 29.12.2023, de R\$ 4,8413.

Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Curitiba, 22 de abril de 2024.

Marcio Raphael Ploszaj
 Diretor Técnico

Adriano Fedalto
 Diretor Administrativo-Financeiro

Fernando de Lima dos Santos
 Contador - CRC PR-050585/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 22 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

